



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Conselho Superior

RESOLUÇÃO 106/2022 - CONSUP/RE/IFAP

Aprova o Regulamento do Processo de Reconhecimento e Certificação de Saberes e Competências Profissionais - Re-Saber, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no processo 23228.002260/2022-74, e o artigo 41 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a viabilidade do conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, podendo ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos, o artigo 2º da Lei Nº11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, os artigos 47, 53, 56 e 57 da Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, a Portaria MEC nº 24, de 19 de janeiro de 2021, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Reconhecimento e Certificação de Saberes e Competências Profissionais – Re-Saber, e as deliberações na 57ª Reunião Virtual Ordinária do Conselho Superior do IFAP,

RESOLVE:

Art. 1º Aprova o Regulamento do Processo de Reconhecimento e Certificação de Saberes e Competências Profissionais – Re-Saber, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

Art. 2º Esta resolução entrar em vigor a partir da data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida, REITOR - CD0001 - RE**, em 21/12/2022 16:54:52.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 21/12/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 50654

Código de Autenticação: b3d42ecbb1



Rodovia BR 210, KM 03, s/n, Brasil Novo, MACAPA / AP, CEP 68.909-398



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CONSELHO SUPERIOR

REGULAMENTO DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO E CERTIFICAÇÃO
DE SABERES E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS – RE-SABER NO ÂMBITO
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAPÁ.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Regularizar as diretrizes, normas e procedimentos para a execução, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, o processo de reconhecimento e certificação de saberes e competências profissionais.

Art. 2º O Re-Saber é um sistema organizado por meio de ações educativas que possibilitam o reconhecimento dos saberes e competências profissionais fundamentais e imprescindíveis para a resolução de demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho, atendendo às normativas legais relativas a cada ocupação ou profissão.

Art. 3º O sistema busca atender candidatos maiores de 18 (dezoito) anos, com escolaridade mínima requerida para o respectivo processo, que objetivam a certificação profissional de saberes e competências desenvolvidos ao longo da vida.

Art. 4º O acesso ao processo de certificação e reconhecimento de saberes acontecerá por meio de edital público gratuito.

Art. 5º Os perfis de certificação profissional serão construídos com base nos Catálogos de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica, ou equivalentes, e na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES CERTIFICADORAS

Art. 6º O processo de certificação do Re-Saber será ofertado pelos *campi* que compõem o Ifap, os quais serão nomeados de unidade certificadora.

Art. 7º São atribuições das unidades certificadoras:

I - realizar levantamento e articulação da demanda, demonstrando a viabilidade do processo para a certificação profissional;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CONSELHO SUPERIOR

- II - identificar e avaliar os impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da oferta e desenvolvimento do Re-Saber
- II - articular-se ao setor produtivo e às instituições públicas responsáveis pelas políticas de trabalho e emprego, para o levantamento, difusão e colaboração nos processos de certificação;
- III - elaborar e submeter o Projeto Pedagógico de Certificação Profissional - PPCP para a autorização da oferta pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino, após adesão ao Re-Saber;
- IV - cadastrar a oferta de certificação no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - Sistec, inserindo o PPCP;
- V - realizar a formação dos profissionais que atuarão no processo de certificação profissional;
- VI - dar publicidade a sua oferta de certificação profissional e estabelecer estratégias para alcançar potenciais interessados;
- VII - promover ações institucionais que contribuam para a difusão e consolidação dos princípios da certificação profissional;
- VIII - compor equipe multiprofissional para o desenvolvimento da certificação profissional;
- IX - implementar procedimentos administrativos e pedagógicos para a oferta da certificação profissional;
- X - organizar, implementar e avaliar o processo de certificação profissional;
- XI - planejar estratégias que possibilitem a continuidade dos participantes em seu itinerário formativo, quando for o caso;
- XII - assegurar o atendimento adequado ao candidato no desenvolvimento do processo de certificação profissional, inclusive às pessoas com deficiência.
- XIII - avaliar ao final de cada processo todas as etapas realizadas, bem como o acesso, a permanência e o sucesso dos candidatos no Re-Saber.

Parágrafo único: cada equipe responsável por cada um dos processos deve elaborar um relatório que será encaminhado à Pró-Reitoria de Ensino – Proen que deve realizar o acompanhamento do processo do Re-Saber, com vistas a identificar as necessidades e incentivar políticas de melhoria do processo ofertado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CONSELHO SUPERIOR

CAPÍTULO III

DAS ETAPAS DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 8º Os processos de certificação profissional serão desenvolvidos nas unidades do IFAP, seguindo as etapas obrigatórias de:

I – inscrição: apresentação do interesse em participar do processo educacional formal de avaliação, reconhecimento e certificação de saberes conforme edital.

II - acolhimento: planejamento de atividades inclusivas que possibilitem a criação de um espaço para a escuta dos candidatos, identificando suas demandas educacionais, seus conhecimentos e experiências acumuladas no decorrer de sua vida.

a) apresentação detalhada das etapas do processo de certificação profissional;

b) entrevista diagnóstica para levantamento da história profissional e educacional do participante;

c) orientação e direcionamento do participante para a matrícula e as demais etapas.

III - matrícula: formalização e validação da inscrição do participante para o processo de certificação profissional;

IV - avaliação: processo de verificação e reconhecimento de saberes e competências profissionais, realizada por meio de atividades teórico-práticas.

§ 1º A etapa de avaliação deve estar articulada com os princípios filosóficos e epistemológicos que fundamentam a prática educacional do Ifap.

§ 2º O processo avaliativo deve ser utilizado como princípio para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos candidatos e da instituição.

§ 3º Avaliação teórico-prática de saberes e competências profissionais para a certificação de qualificação profissional, certificação técnica, certificação de especialização técnica e certificação tecnológica;

§ 4º Avaliação didática, memorial e portfólio, para a certificação docente da educação profissional.

§ 5º A avaliação pode ser organizada a partir de estratégias que possibilitem sua realização de forma individual e coletiva, permitindo da forma mais adequada possível o reconhecimento do avaliador dos objetivos desta etapa descritos no PPCP.

§ 6º Os instrumentos de coleta de dados para a avaliação devem estar em concordância com o que se pretende avaliar, devendo coletar precisamente os dados necessários para



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CONSELHO SUPERIOR

que se possa descrever o desempenho do candidato no que se refere aos conhecimentos e saberes fundamentais da ocupação ou profissão pretendida.

V - encaminhamento: devolutiva individual em relação ao desempenho do participante nas atividades avaliativas; e

VI - emissão de documentos: diploma, certificado, histórico e atestado de reconhecimento de saberes e competências profissionais.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE CRIAÇÃO E OFERTA DO RE-SABER

Art. 9º Cada unidade certificadora para ofertar a certificação profissional deve criar um processo eletrônico, incluindo a portaria publicada e assinada pelo campus que institui a comissão responsável pela realização de todo o processo, bem como da execução de suas proposições.

Parágrafo único: A comissão deve ser constituída por uma equipe multiprofissional composta por, no mínimo, um pedagogo ou um técnico em assuntos educacionais, um assistente social, um representante da seção de registro escolar e acadêmico, dois docentes da área específica e o coordenador do curso de referência.

Art. 10 A proposição do processo de reconhecimento e certificação de saberes e competências deve atender aos seguintes procedimentos:

I – recomendação de reunião, registrada em ata, com a comunidade acadêmica e sociedade civil, direção de ensino ou equivalente, coordenação geral de ensino ou equivalente e coordenação do curso de referência, sob a coordenação do presidente da comissão que será preferencialmente um docente da área técnica da ocupação ou profissão pretendida, com o objetivo de realizar o levantamento de interesse e apreciação da demanda social da certificação pretendida.

Parágrafo único: A reunião tem o objetivo de identificar a demanda e pertinência da oferta do processo de certificação.

II – cada comissão responsável deve apresentar um projeto de autorização de funcionamento de certificação profissional, que será incluído no processo, atendendo os seguintes critérios:

- a) estudo qualitativo e quantitativo que justifique a oferta da certificação e de vagas nas unidades certificadoras, fundamentado na demanda identificada, desde que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CONSELHO SUPERIOR

seja comprovada a disponibilidade da equipe multiprofissional, incluindo os docentes e técnicos-administrativos necessários para atender as necessidades de todas as etapas do processo;

- b) de dimensão do corpo docente, técnico e às condições de infraestrutura física e tecnológica;
- c) compatibilidade dos objetivos do processo com os objetivos, finalidades e metas do IFAP;
- d) atendimento dos requisitos mínimos para a certificação de acordo com as especificidades da ocupação ou profissão, incluindo as instalações físicas, equipamentos e softwares estabelecidos pelas normativas legais;
- e) previsão orçamentária para atender as demandas do processo de cada certificação.

Art. 11 Cada perfil de certificação profissional deve ser organizado por intermédio de um PPCP que obrigatoriamente deve estar vinculado ao curso de referência correspondente.

Art. 12 A elaboração do PPCP deve considerar o perfil profissional de conclusão para o curso de referência correspondente, constante no CNCT e/ou no CNCST, ou ocupação constante na CBO ou documento equivalente e as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, no que se refere à Educação Profissional e Tecnológica, nas diretrizes curriculares para a formação de professores da educação profissional em consonância com o tipo de certificação profissional.

Parágrafo único: os cursos de referência devem atender os requisitos legais de funcionamento. Nos casos dos cursos superiores, deve estar devidamente reconhecido com nota igual ou superior a 3.

Art. 13 Cada PPCP deve conter no mínimo as seguintes informações:

I - identificação da certificação profissional, vinculada ao curso de referência;

II - descrição do cumprimento dos requisitos para a oferta:

- a) certificação de qualificação profissional: ter oferta de curso de qualificação profissional, ou de curso técnico ou de curso superior de tecnologia correspondentes ao perfil a ser certificado, que deve estar associada ao CNCT ou às ocupações dispostas na CBO;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CONSELHO SUPERIOR

- b) certificação técnica: ter oferta de curso técnico ou de curso superior de tecnologia correspondentes ao perfil a ser certificado, que deve estar associada ao CNCT e ao CNCST;
- c) certificação de especialização técnica: ter oferta de especialização técnica, ou de curso técnico ou de curso superior de tecnologia correspondentes ao perfil a ser certificado;
- d) certificação tecnológica: ter oferta de curso superior de tecnologia correspondente ao perfil a ser certificado, devidamente reconhecido, com conceito igual ou superior a três no cadastro do Sistema e-MEC;
- e) certificação docente da educação profissional: ter oferta de curso de licenciatura em educação profissional ou de complementação/formação pedagógica ou de especialização em docência para educação profissional, devidamente cadastrado no Sistema e-MEC.

III - justificativa e objetivos da oferta;

IV - público-alvo e estratégia de busca ativa;

V - descrição do perfil profissional de conclusão objeto da certificação profissional;

VI - saberes e competências a serem avaliados;

VII - forma e requisitos de acesso, inclusive escolaridade mínima;

VIII - descrição do processo, inclusive etapas e procedimentos;

IX - instrumentos e critérios de avaliação do candidato;

X - disponibilidade de equipamentos e infraestrutura;

XI - caracterização da equipe multiprofissional;

XII - documentação a ser emitida, constando atestados, histórico escolar, certificados ou diploma.

CAPÍTULO V

DA TRAMITAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROCESSO

Art. 14 A proposta elaborada pela comissão deve ser encaminhada à Diretoria de Ensino da unidade certificadora que deve avaliar a viabilidade técnica, legal e pedagógica, para emitir seu parecer sobre os autos do processo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CONSELHO SUPERIOR

§ 1º Em caso de indeferimento, a Diretoria de Ensino emite parecer justificando sua decisão e o encaminha-o ao presidente da comissão para revisão ou arquivamento da proposta de alteração.

§ 2º Em caso de deferimento, a Diretoria de Ensino encaminha a proposta à Direção Geral da unidade certificadora que encaminha o processo à Proen, solicitando análise e parecer dos autos do processo.

§ 3º A Proen restitui o processo à unidade certificadora, caso não atenda esta regulamentação ou ao aporte legal que alicerça o sistema de reconhecimento e certificação de saberes e competências profissionais ou atendidos todos os preceitos regulamentados, deve ser encaminhado ao Conselho Superior.

§ 4º O Conselho Superior, após relato e parecer de um dos conselheiros, apresenta o projeto para votação e, após votado, fazer o seu encaminhamento à Reitoria.

§ 5º O processo aprovado deve ter efetuadas a publicação das resoluções de autorização e funcionamento de certificação profissional e do PPCP.

CAPÍTULO VI
DOS TIPOS DE CERTIFICAÇÃO

Art. 15 Os tipos de certificação profissional emitidos pelas unidades certificadoras são:

I - certificação de qualificação profissional: certificado de qualificação profissional de acordo com o art. 12 da Resolução CNE/CP de nº 1, de 5 de janeiro de 2021;

II - certificação profissional técnica: diploma de técnico de nível médio referente a curso constante do CNCT, para possuidores de certificado de conclusão do ensino médio;

III - certificação de especialização profissional técnica: certificado de especialista técnico para possuidores de diploma de técnico ou de graduação correspondentes ao perfil a ser certificado;

IV - certificação profissional tecnológica: diploma de graduação tecnológica referente a curso superior de tecnologia constante do CNCST, para possuidores de certificado de conclusão do ensino médio;

V - certificação docente da educação profissional: diploma de licenciatura para a educação profissional, nos termos do inciso V do art. 61 da nº Lei 9.394, de 1996.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CONSELHO SUPERIOR

Art. 16 O diploma de técnico, tecnólogo ou licenciado para educação profissional deverá ser acompanhado de histórico escolar com lista de componentes curriculares do curso de referência correspondente, suas respectivas cargas horárias e avaliação.

§ 1º O diploma de técnico expedido pela unidade certificadora terá código autenticador do seu registro no Sistec para fins de validade nacional.

§ 2º Os diplomas emitidos a partir de processo de certificação de saberes e competências, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação de seu titular.

§ 3º A forma da obtenção do diploma, por meio de reconhecimento de saberes e competências, bem como a modalidade educacional empregada, não deve constar do documento expedido.

§ 4º O atestado de reconhecimento é o documento que confirma a participação do candidato no processo de certificação e de registro dos saberes e das competências profissionais demonstrados e reconhecidos no processo de certificação profissional, insuficientes para a obtenção de certificado ou diploma, podendo ser utilizado para fins de aproveitamento em caso de continuidade de estudos.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 Os processos de certificação profissional devem, sempre que possível, ser integrados ao calendário escolar da unidade de ensino, de modo a propiciar o planejamento adequado da carga horária docente, das atividades de divulgação, do agendamento de recursos e das demais etapas do processo.

Art. 18 Nenhuma alteração poderá ser feita sem seguir as diretrizes, normas e procedimentos para execução, contidos nesta regulamentação.

Art. 19 Os casos omissos ou excepcionais neste regulamento devem ser analisados e deliberados pela unidade certificadora, devendo dar ciência à Pró-Reitoria de Ensino. Os casos institucionais devem ser resolvidos pela Proen mediante consulta ao Conselho Superior.

Art. 20 Esta normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Documento Digitalizado Público

Regulamento do processo de reconhecimento e certificação de saberes e competências profissionais – Re-Saber no âmbito do Ifap

Assunto: Regulamento do processo de reconhecimento e certificação de saberes e competências profissionais – Re-Saber no âmbito do Ifap

Assinado por: Wanja Silva

Tipo do Documento: ANEXO

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Wanja Correa da Silva, PRO-REITOR - SUB-CHEFIACD02 - PROEN**, em 20/12/2022 15:36:07.

Este documento foi armazenado no SUAP em 20/12/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 54618

Código de Autenticação: ec01a097ab

